



O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Declaro aberta a 40^a Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

PAUTA

Audiência pública com a presença, como expositor, do Exmº Sr. Fernando Pimentel, Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a fim de obter informações, fomentar a discussão e propor sugestões a respeito da estratégia conceitual e ações concretas para a revisão da política de desenvolvimento produtivo, proposta pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de debater as diretrizes da nova política industrial e o sistema de defesa comercial do Brasil, de discutir os conjuntos de medidas adotadas pelo Governo, sobre o conjunto de uma nova política industrial, tecnológica de serviços e de comércio exterior do País, reunidas no Plano Brasil Maior, bem como de debater a crise econômica internacional e as repercussões na economia brasileira, em atendimento aos Requerimentos nºs 08/2011, de iniciativa do Senador Armando Monteiro; iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Luiz Henrique; de iniciativa dos Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy; de iniciativa dos Senadores Delcídio do Amaral e Francisco Dornelles, respectivamente.

Sua Excelência, o Ministro Fernando Pimentel, já se encontra na Secretaria. Eu peço ao Senador Romero Jucá que possa conduzir S. Ex^a ao Plenário desta Comissão. (Pausa.)

Temos hoje a honrosa presença do Ministro Fernando Pimentel nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

De acordo com os arts. 397 e 398, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Ex^a, o Sr. Fernando Pimentel, Ministro, terá 30 minutos para fazer sua exposição, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos.

A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido. O interpelante dispõe de cinco minutos assegurados, e igual prazo para resposta do interpelado, tendo prazo máximo de dois minutos para a réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

Com a palavra o Exmº Sr. Fernando Pimentel, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para fazer sua exposição.

O SR. FERNANDO PIMENTEL – Bom dia a todos, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, senhores assessores presentes, assessores da Casa, assessores do Ministério do Desenvolvimento, Comércio e Indústria, profissionais da imprensa. É uma alegria e uma honra para nós estarmos presentes aqui.



Queria saudar, com muito carinho, o Senador Lobão Filho, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Senador Romero Jucá, Líder do Governo nesta Casa e, na pessoa desses dois, saudar todos os Senadores; quero saudar a Senadora Vanessa Grazziotin, na pessoa de quem saúdo as Sras Senadoras aqui presentes. Registro também a presença do secretário executivo do Ministério, nosso companheiro Alessandro Teixeira, aqui a meu lado.

Senador Lobão Filho, vou fazer uma explanação breve e não pretendo utilizar os 30 minutos que V. Ex^a graciosamente me cede, porque o tema que vamos discutir talvez seja mais apropriadamente tratado nos debates: nas perguntas, nas respostas, como é da tradição desta Casa, Casa aliás com a qual temos mantido, ao longo desses primeiros meses do Governo da Presidenta Dilma e da minha gestão nesse Ministério, um diálogo extremamente profícuo, rico e produtivo para o País.

Quero crer que a principal questão que nos preocupa a todos neste momento é a crise econômica internacional, que já foi tratada aqui na Casa pelo Ministro da Fazenda, Ministro Guido Mantega – se não me engano, na semana passada – de maneira muito extensa e apropriada. Mas é necessário que a gente comece a tratar do assunto por esse ponto, ainda que já tenha sido discutido aqui.

Eu queria abordá-lo com uma reflexão talvez um pouco diferente da que foi feita até agora, chamando a atenção para o fato de que as crises internacionais normalmente são a materialização de mudanças muito profundas do tecido econômico, do tecido social e também do tecido político das nações, e essa me parece que não foge a essa regra. Vale dizer que estamos assistindo a um profundo processo de transformação. E eu destacaria três processos simultâneos que estão acontecendo nesses últimos anos e que, como todo processo de transformação, se manifesta na forma de crise.

O primeiro processo de transformação muito evidente é que está havendo uma mudança do paradigma industrial. O paradigma da produção industrial no mundo inteiro hoje é profundamente diferente do que foi no séc. XX. Essa transformação fica evidente quando observamos que, pela primeira vez na história econômica dos povos, temos um país, um único país – poderíamos dizer que é um conjunto de países também, mas vamos chamar a atenção para o fato de que ele é liderado por um único país, que é a China – que, neste momento, é capaz de produzir qualquer mercadoria manufaturada, qualquer produto industrializado, a custos inferiores à média de produção internacional. Isso nunca aconteceu na História da Humanidade. Todos os países que competiram, que surgiram, no cenário internacional, conquistaram sua hegemonia econômica dominando às vezes um terço, um quarto da pauta de comércio internacional, mas nunca a totalidade do comércio internacional.



Os Estados Unidos da América, hegemônicos no séc.XX e ainda no início deste século, nunca conseguiu dominar mais do que um terço – talvez menos do que isso – da pauta. A Inglaterra, nos séc.XVIII e XIX, quando foi também nação hegemônica entre os países industrializados e no mundo em geral, também nunca dominou mais do que um terço ou um quarto da pauta econômica.

Todavia, hoje, o bloco de países liderados pela China, o bloco asiático, domina toda a pauta de produtos industrializados. Não existe um único produto industrializado que possa ser a custos inferiores aos custos chineses, coreanos, tailandeses ou vietnamitas; mas chamo atenção para os chineses, porque a nação líder desse processo é a China.

Bem, isso coloca um novo paradigma. Nós todos países industrializados – e o Brasil está entre eles – ainda não sabemos como responder a essa novidade histórica: como enfrentar a competição no comércio internacional, *vis-à-vis* um adversário, um competidor que é capaz de produzir mercadorias, todas as mercadorias, até as que ele não tem. Um caso típico é o aço. Quando o minério de ferro sai do Brasil, atravessa o oceano em 25 dias de navio, chega à China, é processado, transforma-se em aço, volta para cá com mais 25 dias de navio e é colocado no mercado a preços inferiores ao aço produzido no Brasil. Então, nós não temos ainda uma fórmula para enfrentar essa profunda mudança no paradigma industrial.

Outra mudança, outro processo de mudança também muito evidente, para o qual chamo atenção, porque é o pano de fundo de tudo o que vamos discutir daqui pra frente, é a mudança do padrão monetário internacional. O dólar ainda é a moeda de troca mundial, mas cada vez mais perde a confiabilidade, a credibilidade, haja vista as sucessivas crises financeiras – saúdo a chegada do nosso querido Senador – e o evidente enfraquecimento orçamentário e fiscal dos Estados Unidos da América.

Vale dizer que nós estamos vivendo talvez os últimos anos do dólar como moeda de troca internacional. Todos os países do mundo estão afetados pela política monetária expansionista norte-americana e se começa a discutir com seriedade a substituição do dólar como padrão monetário.

Ainda agora, na semana passada, os chanceleres dos países da América do Sul, reunidos na cúpula da Unasul, discutiram e aprovaram a criação de um grupo de trabalho que tem prazo de 60 dias para apresentar pela primeira vez, a esse conjunto de países da Unasul, a proposta de um mecanismo de trocas entre esses países que seja lastreado por moedas locais e não mais pelo dólar. É o início, portanto, de um processo de transformação que, quero crer, vai acontecer também em outros países e em outros continentes.

Então, a mudança do padrão monetário que nesse momento está se processando ainda nos seus capítulos iniciais, mas é irreversível, é outro



processo de transformação que está no bojo, na raiz disso que chamamos de crise econômico-financeira internacional.

E finalmente – porque falei que são três processos simultâneos – um terceiro processo, não menos importante, é a mudança do padrão dos mercados de consumo no mundo inteiro, também muito visível. Hoje, é evidente para todos que o mercado norte-americano de consumo e o mercado da comunidade europeia, portanto Europa e Estados Unidos, que foram os campeões do consumo, da demanda e da dinâmica econômica no séc.XX, perderam totalmente a sua capacidade de expansão.

Felizmente, caiu só um retrato. Não foi propriamente o Senador que caiu, foi só o retrato.

Enfim, então essa mudança dos mercados de consumo fica mais clara ainda quando percebemos que hoje a dinâmica econômica do mundo é dada pelo crescimento e pela expansão dos mercados dos países emergentes. E aí China se destaca, mas também o Brasil, a África do Sul, a Índia. Enfim, o conjunto dos países ditos emergentes, hoje, é mais importante para a dinâmica da economia mundial do que os mercados das economias consolidadas.

Portanto, em relação ao séc.XX, esse início do séc.XXI mostra um profundo processo de transformação. Aí, eu destaquei três fatores: o paradigma industrial, a mudança do padrão monetário e a mudança dos mercados de consumo. Se somarmos tudo isso, fica claro também um deslocamento já visível do eixo geoeconômico do mundo para o hemisfério sul. O hemisfério norte que foi, durante os séculos XX e XIX, aquele que ditou a dinâmica econômica do mundo inteiro, perde a sua importância, e, se observarmos, hoje, a economia do mundo gira abaixo da linha do Equador. E, aí, no hemisfério sul, está o Brasil, na outra ponta, a África do Sul, atravessando do outro lado do oceano estão a China, a Índia, o Japão, os países asiáticos, e é esse deslocamento do eixo geoeconômico para o hemisfério sul que chama a atenção, por enquanto, é um deslocamento geoeconômico, ainda não é geopolítico, mas tudo indica que, em pouco tempo, também, do ponto de vista da política internacional, esse deslocamento vai ficar visível. Por que chamo atenção para esse processo, para esse conjunto de transformações que estão em curso e deixo de lado os comentários conjunturais sobre a crise, sobre a expansão do dólar, sobre a inflação nos países desenvolvidos, isso aí já foi exaustivamente tratado, tanto nesta Casa quanto fora dela pela imprensa, pelos comentaristas econômicos? Quero chamar a atenção para os processos de mudanças estruturais que são mais importantes para nós porque eles estão definindo qual vai ser o novo modelo de nação hegemônica. Acho que já é bastante visível que há um novo modelo de nação hegemônica. As nações que vão ser líderes do mundo no século XXI terão características diferentes das nações que foram líderes nos séculos XX e XIX. Essas transformações, portanto, apontam para um novo modelo de nação líder, de nação hegemônica. Que novo modelo é esse?



Primeiro, fica evidente que as nações hegemônicas para o século XXI terão que ter volume de população e, portanto, mercado suficiente, para criar dinâmica sem depender do mercado externo. É o caso China, é o caso da Índia, é o caso do Brasil. População, mas população entendida aí como um ativo econômico importante, porque a população é mercado, o Brasil, felizmente, descobriu isso e está trazendo quantidades crescentes de brasileiros e brasileiras para o mercado de consumo e transformando, com isso, aquilo que era apenas um ônus para o País ter uma população grande, num ativo econômico relevante, que é o que a China está fazendo, que é o Índia está fazendo e que vai definir, portanto, a primeira característica daquilo que chamo de novo modelo de nação líder: população com acesso ao mercado, com os direitos de cidadania assegurados, população em volumes consideráveis para gerar uma dinâmica que não dependa exclusivamente do mercado externo. Segundo, recursos naturais. Aquilo que, no século XX, chegou a ser desprezado por algumas escolas da teoria econômica, hoje voltou, claramente, a ser extremamente importante. A nação tem que ter, portanto, população e território: território extenso, com recursos naturais abundantes que possam ser utilizados com respeito ao meio ambiente, com critérios de sustentabilidade, mas sem (*Inaudível.*) território. Com recursos naturais extensos, a nação, qualquer nação do mundo, não poderá aspirar ser líder no século XXI.

Finalmente, possibilidades tecnológicas, que vale dizer que a população não é só mercado, tem que ser entendida, também, como recursos humanos para desenvolver ciência, tecnologia, para pesquisar, para buscar a inovação, enfim, população conjugada na forma de mercado e de recursos humanos utilizados de forma eficiente vão nos dar possibilidades tecnológicas que constitui a terceira característica disso que estou chamando de um novo modelo de padrão hegemônico.

Isso tudo com uma quarta característica, Senador Dornelles, se me permite chamar atenção para ela, porque ela nos é muito cara, isso tudo emoldurado por um cenário de absoluta segurança institucional, que, durante muito tempo, ao longo do século passado, pensaram alguns que seria dada pelos regimes fortes, e o século XXI nos mostra que não. Segurança institucional é dada pela democracia, pela vigência plena das instituições, pela democracia com liberdade de expressão, de palavra, de imprensa, com liberdade de organização política que o Brasil está mostrando ao mundo. Isso é que dá segurança institucional.

Os regimes fortes – e a primavera árabe, agora, está mostrando isso – não oferecem qualquer segurança, nem para o cidadão, nem para o investimento estrangeiro e muito menos para o desenvolvimento sereno e seguro das economias nacionais. Portanto, população extensa, recursos naturais – e território para isso –, possibilidades tecnológicas e segurança institucional, esses quatro fatores, darão a característica, o modelo das novas



nações líderes no mundo. E esses quatro fatores o Brasil os tem, de forma muito clara, muito evidente.

Isso posto, podemos dizer que existe uma crise internacional, mas dificilmente haverá outro país em melhores condições de enfrentá-la e atravessá-la e sair dela mais forte do que entrou do que o nosso País. Não faço essa afirmação com nenhum otimismo exagerado e tampouco com ufanismo simplório. Faço essa afirmação baseado apenas e exclusivamente na observação serena dos dados que estão postos. Não bastasse as reservas internacionais de que dispomos abundantes hoje, US\$350 bilhões; não bastasse a firmeza do nosso sistema financeiro, que foi devidamente saneado na última década do século passado e hoje apresenta uma saúde invejável no mundo inteiro; não bastasse a nossa responsabilidade fiscal expressa nos números, nós somos um dos poucos países do G-20 que tem déficit nominal abaixo de 2%.

O Ministro Guido Mantega tem dito isso com muita ênfase e ele tem toda a razão. Há cinco ou seis países do mundo hoje que tem esse emblema para mostrar. Nossa superávit primário, que já alcançou 3% do PIB, está sendo mantido nesse patamar há muito tempo e agora vai ser mais reforçado ainda com as providências fiscais que o Ministro Guido tomou; mostra que temos responsabilidade fiscal acima da média das nações desenvolvidas.

Isso tudo posto, nos leva ao patamar que estamos hoje. Estamos diante de uma crise, mas o Brasil está preparado para enfrentá-la. O Brasil tem os requisitos necessários para se tornar uma nação líder e, para fazê-lo, tem que vencer os desafios de curto prazo que estão colocados. Os desafios de curto prazo que estão colocados, além daqueles já explanados aqui pelo Ministro Guido, quando aqui esteve semana passada – e aí, sim, vamos nos estender sobre isso um pouquinho mais –, agregam um componente que diz respeito à pasta que neste momento eu dirijo: o componente da recuperação da competitividade industrial.

Nenhum país do mundo pode se arvorar em ser líder, em ser hegemônico se não tiver uma indústria desenvolvida, forte, consolidada. E nós vamos ter que fazer isto, esse *aggiornamento* da nossa indústria. A nossa indústria é muito sólida, mas é uma indústria do paradigma do século XX, e nós temos que trazê-la para o paradigma do século XXI, numa circunstância internacional para a qual estamos preparados, mas que é adversa para fazer essa passagem. Então, não tenhamos também a ilusão de que sofreremos, de que ficaremos imunes à crise internacional.

Como é que nós vamos fazer a passagem do nosso ambiente industrial, do nosso parque fabril, desse paradigma do século passado para o século atual? Basicamente com três alavancas.

Primeira, inovação. Ciência e tecnologia aplicadas à produção industrial para que, com capacidade de inovação, nós consigamos competir com o bloco asiático, que é o mais forte competidor hoje no mercado internacional, e



não só sobreviver como ganhar espaço na nossa indústria, no nosso mercado interno.

Segunda, com tratamento adequado da produção local, ou seja, dar ênfase aos produtos produzidos no Brasil. Praticar a boa política de compra que o governo norte-americano utilizou à exaustão no século XX e que alavancou a indústria americana para ser uma das melhores do mundo, que é o *The Buy American Act*, de 1993, nos Estados Unidos, e que agora nós não tardivamente, mas oportunamente, estamos trazendo para o Brasil com a nova lei da margem de preferência de compras do Governo, além de outras iniciativas que o Governo está tomando para garantir à produção local um espaço adequado no nosso mercado.

Terceira alavanca, uma política de defesa comercial ativa, e não reativa, buscando reduzir o espaço da competição desleal e predatória que sabemos que existe hoje no mercado internacional.

Essas três características, esses três eixos são os que estão postos no Plano que foi anunciado, no início deste mês, pela Presidenta Dilma Rousseff com o nome de Plano Brasil Maior.

As medidas do Plano, as Sras Senadoras e os Srs. Senadores as conhecem bem. Algumas delas foram discutidas nesta Casa. Essas medidas têm a ver com a desoneração da folha de pagamentos para alguns setores, iniciando com alguns setores; têm a ver com o que já mencionei, que é a política de compras governamentais; têm a ver com a criação de regimes tributários especiais para os setores que estão mais ameaçados pela competição internacional; têm a ver com a instituição de um instrumento novo no Brasil, que é o programa Reitengra, que vai devolver monetariamente 3% da fatura de exportação – quero saudar a Senadora Marta Suplicy, que acaba de chegar aqui – para todos os exportadores de produtos manufaturados, como forma de incentivá-los; têm a ver com a criação de novos e fortes mecanismos de financiamento para pesquisa e desenvolvimento na área industrial. Enfim, é um conjunto de medidas que os senhores conhecem. Seria exaustivo e desnecessário repassá-las aqui.

Quero, portanto, encerrar, Sr. Presidente Lobão Filho – talvez, eu já tenha até ultrapassado o que imaginei falar –, dizendo o seguinte: a crise internacional, que tanto assusta todos nós e mais ainda os países do resto do mundo, é a manifestação, a materialização – diriam os filósofos que é o epifenômeno – de uma coisa mais profunda, que é a transformação do cenário econômico no mundo inteiro para outro modelo, para outro paradigma.

Destaquei aqui os três processos que me parecem os mais importantes: a mudança do padrão industrial, a mudança do padrão monetário, a mudança do padrão dos mercados de consumo. Para todas essas mudanças, nós, Brasil, estamos preparados, mas estar preparado não significa que a solução está dada. Vamos ter de buscar – e quero crer que a Casa cumpre um



papel extremamente importante, especialmente esta Comissão – soluções para os desafios que estão postos. Forma de enfrentá-los existe, recursos para isso existem, mas as soluções, nem sempre, são fáceis. E toda solução econômica – as Srãs Senadoras e os Srs. Senadores, talvez, saibam melhor do que eu – passa por uma instância política, por uma negociação política. Na verdade, a solução, primeiro, é política, para, depois, ser econômica. O exemplo maior, talvez, seja a questão do ICMS, a emenda do Senador Romero Jucá que está em discussão na Casa, que tem de ser rapidamente resolvida, votada, para resolver, Senador Clésio Andrade – é uma alegria tê-lo aqui –, definitivamente, a questão da guerra fiscal, que, hoje, de fato, interfere no cenário econômico de todos os Estados e de todo o Brasil. Essa é uma questão em que, penso, a Casa tem cumprido seu papel, e o que o Governo espera é que a Casa o faça e continue fazendo com a responsabilidade e com a agilidade que têm caracterizado o seu trabalho.

Eu queria agradecer, então, ao Senador Lobão Filho o espaço que me concedeu. Agradeço a todos a atenção. Estou à disposição para o debate que se vai seguir.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Foi um prazer grande ouvir o Ministro Fernando Pimentel, que disse que não passaria dos 30 minutos, mas que excedeu esse tempo.

O SR. FERNANDO PIMENTEL – Passei desse tempo? Perdoe-me, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Isso demonstra grande entusiasmo e motivação. Proferiu a palestra com muita segurança e com muita firmeza. O tempo passou muito rapidamente.

O SR. FERNANDO PIMENTEL – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Passo a palavra ao primeiro orador, autor do requerimento, Senador Armando Monteiro, para que possa fazer suas indagações. (*Pausa.*)

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, também subscritora do requerimento.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente Lobão Filho, quero cumprimentar o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, bem como o Dr. Alessandro, que, na semana passada, participou de importante reunião do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus, em que números e projetos foram aprovados, com investimentos, salvo engano, superiores a US\$400 milhões.

Este debate tem uma importância muito grande para todos nós, porque, afinal de contas, não estamos debatemos somente um conjunto de medidas que foram adotadas pelo Governo Federal e anunciadas recentemente através do Plano Brasil Maior. Mas eu penso que nós podemos e devemos ir



além disso, porque essa foi uma etapa. Na realidade o Plano Brasil Maior não engloba todos os segmentos produtivos do País. Não tenho dúvida nenhuma que V. Ex^a, Ministro, deve estar, assim como toda a equipe do Ministério da Indústria e Comércio e da Fazenda, trabalhando na elaboração de novas medidas que elevem o Brasil a um patamar superior no processo produtivo. Como V. Ex^a mesmo disse, as condições objetivas nós temos. Nós somos um país que não chega a ser uma China, nós não temos 1,3 bilhão da China, nem uma fração da China. Mas, comparativamente às demais nações do mundo, nós somos um país não apenas de uma grande população, mas de uma extensa área territorial. E uma área territorial que, se analisada do ponto de vista da possibilidade de produtividade de uso da terra, Senadores, o Brasil talvez seja uma das melhores ou a melhor, porque a nossa área é toda ela produtiva. Diferentemente de nações que têm grandes áreas de extensão, mas que não são todas produtivas, como é o Brasil. Até mesmo na floresta amazônica, que ocupa 60% do território brasileiro, ali se encerra a maior riqueza natural do planeta e nós precisamos de fato investir. Falar de inovação, de investimento sem falar da vocação brasileira, dos nossos recursos naturais, no meu entendimento não seria uma política correta de desenvolvimento.

Aí eu quero fazer, desde já, um primeiro questionamento ao senhor, Ministro. Antes de ser uma Senadora, eu sou uma profissional da área de medicamentos, sou farmacêutica, e sou uma entusiasta desse segmento. Nunca acho demais repetir que 25% – essa é uma projeção que se faz e aceita internacionalmente, reconhecida internacionalmente inclusive – dos medicamentos sintetizados, comercializados no mundo têm a sua matéria prima, seu princípio ativo vindo da região amazônica, da floresta amazônica. Não digo só do território brasileiro, mas da Amazônia mundial. E nós temos pouco investimento nessa área.

Então, quero deixar esse primeiro questionamento – sei que no governo Lula nós avançamos, o setor de medicamentos foi considerado um setor estratégico nacionalmente –: quais as medidas que V. Ex^a pensa adotar para fortalecer a indústria nacional. E não só fortalecer, para fortalecer o processo de desenvolvimento à entrada desse segmento em inovação efetivamente.

Eu tenho acompanhado ao longo dos tempos e a indústria, logo que teve a aprovação das patentes, o reconhecimento, a aprovação da lei das patentes, sofreu uma queda importante, recuperada com a lei dos genéricos. Entretanto, nós não podemos continuar produzindo medicamentos cuja patente caiu. Nós precisamos desenvolver medicamentos novos, produtos novos. E sem falar aqui do critério estratégico desse segmento.

O outro questionamento que faço, e V. Ex^a sabe da nossa preocupação, da preocupação da bancada do Amazonas, em relação à interface dessa nova política industrial para determinados segmentos – não é para todos



os setores – com a Zona Franca de Manaus. Mas há uma interface muito próxima porque fala em inovação, fala em setores mecânicos, sem setores de eletroeletrônicos e nós somos, por exemplo, nesse setor de eletroeletrônico, o maior produtor do Brasil. Com um faturamento em torno de US\$36 bilhões, com geração de mais de 100 mil empregos diretos!

E aqui eu quero dizer que nós precisamos mudar esse nome porque de franca ela não tem mais quase nada. Eu tenho um projeto que tramita há muitos anos aqui que muda o nome para Área de Produção e Desenvolvimento Incentivado, porque é o que de fato existe, Senador Dornelles. Só o Estado do Amazonas, sozinho, é responsável pela arrecadação em torno de 60% de todos os tributos da região Norte do País, o Amazonas sozinho, contando Pará, Tocantins, Acre, Rondônia, Roraima. O Amazonas sozinho responde por isso, porque lá se paga Imposto de Renda, PIS, Cofins; ou seja, é uma grande arrecadação, sem dizer o papel que tem aquele polo na preservação ambiental.

O Estado do Amazonas – o Senador Eduardo Braga não está aqui –, mas o Estado do Amazonas é o Estado mais preservado da região e, que bom, porque é o maior da região, com 1,5 milhão de quilômetros quadrados. E isso ocorre não é porque os governadores que se sucederam tiveram mais preocupação com o meio ambiente do que os dos demais Estados, do que teve o Senador Jorge Viana, ex-governador do Acre. Não. É porque nós temos uma alternativa de desenvolvimento e, portanto, a pressão sobre a floresta é bem menor.

V. Ex^a conhece aquele trabalho desenvolvido por pesquisadores do IPEA que mostra o papel, a valoração e a importância desse polo industrial instalado no Amazonas para a preservação florestal. Isso não tem preço, Ministro, isso não tem preço, porque, além do preço efetivo, o valor que se pode dar tem um preço que é um serviço que nós prestamos à humanidade, não só ao Brasil, mas que prestamos à humanidade.

Então gostaria que V. Ex^a falasse a respeito um pouco das medidas. Fico feliz de a audiência estar sendo realizada neste momento, porque, além das Medidas Provisórias 517, 534, nós temos a Medida Provisória 540 que trata do Brasil Maior e que, nos seus arts. 11 e 12, resgatou algumas questões que por nós vinham sendo criticadas. E não só por nós, porque deu uma vantagem comparativa um pouquinho maior às Regiões Norte e Nordeste.

Isso garante uma isenção maior de Imposto de Renda para as regiões sob a jurisdição da Sudam e da Sudene. E eu acho isso importante, porque nós não podemos conceber um projeto de desenvolvimento nacional sem levar em consideração a necessidade do desenvolvimento regional.

E aí, Sr. Ministro, no Grupo Executivo do Plano Brasil Maior têm acesso as seguintes instituições: o Ministério de que V. Ex^a é o titular, a Casa Civil, Planejamento, Fazenda, Ciência e Tecnologia, além da Agência Brasileira



de Desenvolvimento Industrial, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES e a Finep, a Financiadora de Estudos e Projetos. Por que não incluir, por que não incluir ainda? Eu não questiono por que não foi incluído. Eu pergunto: por que não incluir ainda instituições fundamentais - Sudam, Sudene e Suframa? Sudam, Sudene e Suframa, fundamentais.

Eu acho que foi V. Ex^a que citou um projeto de resolução de autoria do Senador Romero Jucá; aquele que zera o ICMS interestadual. A resistência maior sabe qual é, Ministro? São os Estados que utilizam o ICMS como um fator de atração da indústria. E se São Paulo hoje não é mais 40 e pouco % do PIB, como era há pouco tempo, não é responsável por 40 e pouco % do PIB, isso é graças à maior política de desenvolvimento regional que, infelizmente, é o ICMS, tem sido. É assim que o governador da Bahia, é assim que o governador de Pernambuco têm atraído investimentos para lá. Eu acho que é um absurdo o ICMS usar esse instrumento. Mas vamos construir outro, porque não adianta eu dizer para os srs. governadores: vamos deixar de lado isso. Nem os governadores, nem as bancadas acatarão se não tiver outra perspectiva.

Então fica aqui a sugestão a V. Ex^a, Ministro, em relação à inclusão dessas agências de desenvolvimento regional nesse grupo de trabalho, assim como os agentes e os instrumentos de articulação. Aqui se fala na política nacional de desenvolvimento regional, mas nós temos o PAS, o PAS, Ministro, que é o Plano Amazônia Sustentável. Então seria importante... É diferente do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional. Ele tem aspectos e foi discutido...

Estou concluindo, Presidente. O Presidente me olha com uma cara de ...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Faltam doze que estão inscritos como oradores.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC do B. AM) – Já estou concluindo.

Esse plano foi discutido com todos os governadores, com o Governo Federal e tem que ser valorizado, assim como a política nacional de desenvolvimento regional.

Por fim, Ministro, que V. Ex^a nos diga qual a sua opinião acerca da eficiência dessas medidas adotadas pelo plano maior e que, na realidade, são de desoneração, desoneração para não permitir o processo de desaceleração do processo de industrialização brasileira.

V. Ex^a acha sinceramente que elas serão suficientes ou teríamos que fazer uma mudança mais profunda na política macroeconômica? Porque, pelo que li, por tudo o que li, Ministro, o Governo está abrindo mão de recursos, mas o que o governo despende de recursos para manutenção desse tripé da política econômica... Agora mesmo foi ampliado em R\$10 bilhões o superávit para pagar juros, juros que aumentam, porque nossas taxas são as maiores do



mundo, e V. Ex^a ocupa um papel estratégico dentro do Governo. Não podemos deixar que a Fazenda, que o Banco Central faça a política macroeconômica sozinha. Nós temos que fazê-la. Então, ouvir V. Ex^a sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigada Senadora Vanessa Grazziotin.

Indagaria aos Senadores e Senadoras presentes se teriam alguma posição ou rejeição à ideia de fazermos as perguntas em bloco de três Senadores. Todo mundo concorda? (*Pausa.*)

Então, aprovado.

Faremos as perguntas em bloco de três.

Passo a palavra, em seguida, ao Senador Luiz Henrique, que inclusive pensei que fosse o primeiro.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Vou ser bem breve e objetivo.

O nosso Ministro Reis Velloso, quando trabalhou na estruturação do Epea, que depois virou IPEA, convidou um grupo de professores estrangeiros para dar início àquilo que hoje é um denso pensamento econômico no nosso País e que, na época se limitava a poucas instituições como Fundação Getúlio Vargas, dentre elas, que tinham um núcleo chefiado pelo Professor Mário Henrique Simonsen.

Nesse grupo de professores estrangeiros veio o norte-americano Albert Fishlow, que acaba de publicar mais um livro que retrata a sua paixão pelo Brasil, de analista do Brasil, daquilo que se estabeleceu chamar brasilianista. Nesse novo livro ele manifesta de um lado otimismo em relação ao futuro do Brasil mas, de outro lado, uma preocupação. A principal preocupação do professor Fishlow é com o baixo nível de investimento.

O Brasil, entre investimentos públicos e privados, se situa por volta de 19%, segundo ele, sendo que apenas 2% de investimento público e 17% de investimento privado quando, segundo o Professor Fishlow, deveríamos estar investindo no mínimo 25% contra 40% da China, 25% do Chile, 30% da Coreia. Pergunto a V. Ex^a se a realização das Olimpíadas, da Copa do Mundo e as demais ações em curso nos garantem chegar ao patamar de 25% e em que prazo poderemos chegar a esse mínimo exigível para que o Brasil possa sustentar uma taxa de crescimento anual de sua economia de pelo menos, 5%.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado Senador Luiz Henrique.

Passo a palavra agora ao Senador Eduardo Suplicy, também autor do requerimento.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Lobão Filho, prezado Ministro Fernando Pimentel, uma das medidas para enfrentar a questão da competitividade anunciada pelo plano Brasil Maior é a desoneração relativa a quatro setores: calçados, moveleiros, têxteis e de



informática, *software*, em que se desonera a folha de pagamentos, passando para 1,5% no caso das três indústrias moveleira, calçados e têxtil, e na de *software* passou para 2,5% a incidência do imposto sobre o faturamento. Observamos, nos últimos dias, que indústrias desses setores chegaram a propor que talvez esta proporção de 1,5% fosse inadequada e propõe que haja outra. Em que medida os estudos realizados pelo Ministério de Desenvolvimento Industrial, da Fazenda, levaram em consideração todas as consequências do ponto de vista da desoneração como um todo para as indústrias e como está o diálogo com o setor industrial a respeito.

Nesta mesma área da questão da competitividade, estudos da Fiesp mostraram, recentemente, que no Brasil os encargos sociais sobre a folha chegam a cerca de 32,4%, que é uma proporção mais alta do que a de 34 países avaliados no estudo. Exatamente o governo então resolve iniciar essa experiência de desoneração da folha, transferindo para o faturamento para ver experimentalmente como vai ocorrer isso. Acho que isso é importante e positivo.

Mas gostaria de chamar à atenção para outro aspecto relativo às formas de transferência de renda que existem nos países desenvolvidos e no nosso. Eu até perguntei ao responsável pelo estudo dos encargos sociais da Fiesp, o Sr. José Ricardo Roriz Coelho, se eles têm levado em conta, no âmbito da Fiesp, da CNI, os efeitos destas transferências de renda que são muito significativas nos países desenvolvidos. Por exemplo: nos Estados Unidos da América, desde 1975, se instituiu o crédito fiscal por remuneração recebida que ali se denomina o *anti income tax credit*. Um trabalhador nos Estados Unidos que ganha o salário mínimo, que tem uma criança, mas não mora com a esposa, se ele estiver empregado o ano inteiro, ele vai obter uma remuneração de 7,25 dólares por hora, o equivalente no ano a 15.080 dólares. Ele terá direito a um crédito fiscal de 3.121 dólares a mais e sua renda vai para 18.201 dólares, menos alguns encargos sociais. No caso de um casal com duas crianças, se a sua renda anual for positiva, porém inferior ao patamar de 12.970 dólares, ele passa a ter um crédito fiscal equivalente a 40% no intervalo de 0 a 12.970 para cada dólar que receber. Por exemplo: se recebe 10 mil dólares, ele vai ter um crédito fiscal de 4 mil dólares a mais. Se conseguir, por exemplo, 18 mil dólares ao ano, o casal receberá 5 mil, 160 dólares a mais e o seu rendimento passa a 23 mil, 160. Ora, a linha oficial de pobreza para um casal com duas crianças nos Estados Unidos é de 23 mil dólares. Graças ao crédito fiscal, ultrapassa isso. Qual é o efeito disso? A sociedade norte-americana recolhe impostos e provê aos trabalhadores o que não é pago pela empresa, mas pelo conjunto da sociedade, um acréscimo de remuneração. Que efeito tem isso sobre as nossas empresas? Torna as empresas norte-americanas mais competitivas em relação às nossas se não fizermos semelhante, ou melhor. Deveríamos protestar junto à OMC. Avalio que deveríamos fazer melhor. Nós temos programas de transferência de renda. Às vezes se diz no Brasil que o Programa Bolsa Família



é o maior do mundo, mas note, o Programa Bolsa Família atende hoje a 13 milhões de famílias, correspondendo a 15 bilhões de reais. O crédito fiscal por remuneração recebida, conhecido como EITC, nos Estados Unidos, no ano passado beneficiou 26 milhões de famílias. Certamente mais que 75 milhões de pessoas. Pagou a cada uma dessas famílias uma média de mais de 2,200 dólares. Mas, o que deveremos fazer? O que gostaria de propor é que o Ministério da Indústria, o Ministério da Fazenda e o Ministério do Trabalho estudem qual é a melhor alternativa sobre isso. A melhor alternativa, no Brasil, já foi aprovada pelo Congresso Nacional. Trata-se de se prover aos 191 milhões de brasileiros uma renda básica incondicional para todos. Eu acabo de fazer uma palestra na Universidade Federal de Buenos Aires, Nacional de Buenos Aires, na Faculdade de Direito, onde expus isso num diálogo com Senadores e Deputados dos mais diversos países da América Latina, que avaliaram que esse argumento é muito significativo. V. Ex^a sabe que existe uma prova de que esse instrumento do qual falo é melhor. E onde está a prova? Está no Estado dos Estados Unidos, que aplicam dividendos iguais, pagos a todos os seus habitantes há 28 anos. Por que digo que é melhor? Porque esse instrumento aplicado há 28 anos fez do Alasca o mais igualitário dos 50 Estados norte-americanos. Eu encaminho a V. Ex^a a palestra que fiz em Buenos Aires, onde, com maior detalhamento, eu falo a respeito. Quero aqui lhe trazer essa contribuição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PMDB - MA) – Obrigado ao Senador Eduardo Suplicy. Tendo encerrado este bloco, passo a palavra ao Ministro Fernando Pimentel para que possa responder aos três Senadores.

O SR. MINISTRO FERNANDO PIMENTEL – Obrigado, Senador Lobão. Então, pela ordem, vamos tentar responder aos questionamentos. Primeiro, à Senadora Vanessa Grazziotin, companheira, querida amiga. A Senadora, hoje, lidera, com muito empenho, o grupo de empresas, por assim dizer, da indústria farmacêutica brasileira, que tem nos procurado constantemente para discutir o apoio, o fomento, o incentivo e as alterações necessárias na legislação para tornar o nosso setor de fármacos cada vez mais eficiente. Eu concordo que precisamos, e queria dizer isso de público ... Um dos 25 Conselhos de competitividade que serão criados agora nas medidas de operacionalização do Plano Brasil Maior, um deles vai ser o da indústria farmacêutica, com aquelas lideranças empresariais que a senhora conhece e que têm dialogado conosco constantemente. Não quero aprofundar no tema aqui, porque não seria ainda oportuno, mas nós vamos ter que discutir possivelmente uma revisão, uma modernização da nossa lei de patentes. Há uma queixa muito grande das empresas que estão nessa área de que é muito difícil o processo de obtenção de patentes no Brasil. Certamente, não é só para a indústria farmacêutica, mas especialmente para eles, até o licenciamento inicial, a autorização de pesquisa é muito difícil. Isso tem atrasado muito o



processo de pesquisa e nós temos perdido patentes em função disso. Isso é um tema que vai ser discutido no conselho de produtividade. Nós devemos estar publicando um decreto com a criação dos conselhos e um deles vai ser o da indústria farmacêutica.

A Zona Franca, a Senadora tem também compartilhado comigo, assim como o Senador Eduardo Braga, enfim, todos os Senadores da Bancada do Amazonas e do Norte em geral, as suas preocupações em relação à Zona Franca, para que não haja quebra da isonomia, dos benefícios que foram concedidos que, na verdade, não são benefícios, são incentivos necessários para que o Polo Industrial de Manaus cumpra o seu papel, que é esse que a Senadora mencionou aqui. É um papel que às vezes não é percebido, mas ele é preservacionista da floresta. Foi graças à Zona Franca que nós conseguimos manter de certa forma intacto todo bioma da floresta amazônica, porque nós criamos uma alternativa rentável, uma alternativa viável para o Estado do Amazonas e para toda a região. Então, já está expressa nas medidas provisórias que foram encaminhadas essa nossa preocupação fruto do diálogo que tivemos com a bancada, mas acho que algumas alterações nós vamos ter que fazer na tramitação do processo. Foi negociado com a Senadora e com o próprio Senador Eduardo Braga também para que a gente consiga garantir à Zona Franca que não haja qualquer prejuízo para sua atividade nesses incentivos que estão sendo criados adicionais.

A Senadora mencionou a entrada da Sudam, da Sudene e da Suframa no conjunto de entidades que vão constituir ao final a Secretaria Executiva do Plano Brasil Maior. Lembra-me aqui o Secretário Alessandro Teixeira que, na verdade, como ele é que vai coordenar a Secretaria Executiva e ele é o Presidente do Conselho da Suframa, de certa forma isso já está atendido. Mas não se trata disso. Nós vamos incluir Suframa, Sudam e Sudene na coordenação sistêmica da política industrial dentro do desenvolvimento regional. Então, isso aí vai estar assegurado.

Finalmente, Senadora, quanto à eficiência das medidas, a senhora aborda um tema que vai ser recorrente aqui no debate. As medidas que nós estamos tomando e apresentando no Plano Brasil Maior são setoriais, elas dizem respeito à questão da competitividade da indústria, da defesa comercial, obviamente, e dos incentivos necessários para buscar inovação como eixo dessa mudança de padrão industrial que nós precisamos perseguir no Brasil. Agora, evidentemente, está posta uma discussão mais ampla sobre a política macroeconômica em geral. Aí, o Ministro Gruido, o Presidente Tombini do Banco Central têm tratado dessa questão, eu acho, que com muita eficiência, com muita competência. Creio que vai haver sim uma mudança, mas ela tem que ser muito cautelosa, tem que ser muito pensada, muito ponderada, sob pena de colocar em risco o que nós conseguimos conquistar até aqui.



Então, todos nós estamos ansiosos para ver esse momento em que a nossa taxa de juros comece a declinar. Estamos aí torcendo para que nesta semana o Copom balize a taxa de juros de maneira adequada. Não vamos fazer nenhum prognóstico disso, mas eu quero crer que vai haver um balizamento adequado da taxa de juros. O esforço fiscal que o Governo está fazendo neste momento é justamente para criar condições para que a taxa de juros, se não agora, mas num futuro muito próximo comece a se reduzir, o que é uma condição indispensável para que a gente tenha crescimento econômico sustentável. Então, concordo com a preocupação da Senadora Vanessa nesse sentido.

O Senador Luiz Henrique – a quem eu queria homenagear também – ele que foi o governador de Santa Catarina, com quem nós sempre tivemos um diálogo muito positivo, muito franco – não é isso, Senador? – levanta um ponto importantíssimo, que é a taxa de investimento. De fato, nós temos que perseguir um aumento da taxa de investimento no Brasil. Ela é muito baixa, 19% é um índice muito baixo e tem a ver com a trajetória que tivemos até aqui. É bom lembrar que o Brasil teve que enfrentar, ao longo da última década do século passado, dificuldades imensas para estabilizar a sua moeda, para recuperar a credibilidade internacional. Isso foi feito e, agora, conseguimos retomar o crescimento, mas ainda com a taxa baixa.

A meta do Plano Brasil Maior, Senador Luiz Henrique, é chegar – e essa meta está quantificada no plano, vai se acompanhada pelo CNDI, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, que vai nos cobrar e nos monitorar as metas – a 22,4% de investimentos em 2014 – ainda não são os 25% que nós queremos, mas, no prazo de três anos, se nós saltarmos de 19% para 22,4%, já teremos feito um avanço extraordinário. E quero crer que, num cenário como este da crise internacional, conseguir este avanço já terá sido uma vitória importante da economia brasileira – e chegar aos 25% num prazo um pouco mais longo. Nós vamos rever essas metas periodicamente no CNDI e, obviamente, vamos tentar chegar o mais rápido possível aos 25%.

Mas a preocupação do Senador é muito justa, o senhor também foi Ministro de Ciência e Tecnologia e acompanhou isso de perto. Sem investimentos, não há desenvolvimento tecnológico, não há inovação. A inovação surge do investimento e não, da produção corriqueira das fábricas. Então, investimento é fundamental para que a gente possa fazer esse salto que mencionei.

Finalmente, o Senador Eduardo Suplicy, querido amigo e companheiro, levanta duas questões. Começando pela última, Senador, o senhor, como sempre, traz boas ideias à pauta da discussão não só da Casa, mas da discussão nacional. Temos compartilhado, já desde muitos anos, tanto na nossa atividade de economistas como de professores de economia, a tese dos programas de renda mínima como alavanca indispensável não só para criar



uma sociedade mais igualitária, mas para proporcionar condições de crescimento econômico sustentado. E é o caso.

O senhor mencionou o Estado do Alasca, mas mencionou um mecanismo muito importante que é o de crédito fiscal sobre o salário que existe nos Estados Unidos e que, acho, é urgente que começemos a discutir no Brasil, porque, talvez, a gente já tenha completado a nossa primeira etapa, que é essa dos mecanismos, como o Bolsa Família, de apoio direto, para tirar as populações da linha de pobreza. O mecanismo americano é um pouco mais sofisticado do que isso, como o senhor expôs aqui. É um mecanismo que acaba, ao final, gerando condições de competitividade para as empresas, porque é como se houvesse dado um aumento de salário com o orçamento público, sem onerar o custo da empresa.

Isso que o Senador observou é extremamente importante no momento em que a competitividade internacional é objeto de disputa, de discussão no mundo inteiro. Acusa-se a China de praticar subsídios à sua exportação, acusam-se os países da comunidade europeia de praticarem o protecionismo, e esse mecanismo aqui impacta diretamente sobre os custos de produção dos produtos americanos. Nós nunca discutimos com essa ótica, mas é necessário fazê-lo. Muito oportuno que o Senador Suplicy tenha trazido esse tema para a Mesa.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, prezado Ministro.

Eu assinalo aí que diversos países passaram a adotar sistemas de natureza semelhante, como o Reino Unido, através do Family Tax Credit e diversos outros, inclusive o México, que tem subsídio ao emprego mais modesto, mas de natureza semelhante. Quase todos os países da Europa hoje estão adotando....

O SR. FERNANDO PIMENTEL – Mecanismos como esse.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Daí porque sugiro que nós...

O SR. FERNANDO PIMENTEL – Comecemos a discutir esse assunto.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – ...venhamos a estudar isso significativamente.

O SR. FERNANDO PIMENTEL – Muito bem, Senador.

Acho que foi muito oportuna a intervenção e a lembrança do senhor.

Quanto à desoneração da folha, que é um mecanismo fundamental do Plano Brasil Maior, vou trazer informações mais recentes e até oportunidades, porque a imprensa divulgou matérias dizendo que haveria reações dos setores contra a alíquota que foi estabelecida. Não é bem isso. É que os empresários, as lideranças empresariais com as quais nós temos dialogado estão exercendo



o seu sacrossanto direito de querer mais. Eles querem mais benefícios. Enfim, isso faz parte do jogo; não há nisso nenhum desacordo com a medida que o Governo adotou. Na verdade, os setores de confecção e calçados já estão acordados com o Governo. A alíquota vai ser de 1,5% mesmo. Nessa alíquota eles estão bem, estão suficientemente subsidiados.

O setor de móveis, nós estamos negociando neste momento. Aliás, tem reunião hoje com a indústria moveleira. Nós estamos avançando. Provavelmente vamos ter que separar dois segmentos, porque há móveis de madeira e móveis de aço e o grau de utilização de mão de obra é diferente nesses dois segmentos. Então, nós vamos ter que fazer uma negociação um pouco mais sofisticada.

O setor de tecnologia de informação também já está acordado. Não há qualquer reação aos 2,5% sobre o faturamento. De maneira que está avançando bem. Nós queremos que o decreto que vai regulamentar essa mudança possa ser editado já no início do mês de setembro.

O setor têxtil ficou de fora, mas foi escolha do próprio setor, que nos procurou quando da edição da medida provisória, dizendo que, dado grau de automatização que o setor já tem hoje, essa medida de desoneração com esse patamar de 1,5 não os beneficiaria. Então, ficou de fora. Para uma próxima rodada, quem sabe, já no ano que vem, quando discutirmos a expansão disso, ele possa entrar.

Era isso. Essa é a informação.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Ministro Fernando.

Passamos ao segundo e último bloco de indagações, iniciando pelo último autor do requerimento, Senador Francisco Dornelles. Logo após, o Senador Lindbergh e, finalizando, a Senadora Marta.

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente Lobão, Ministro Pimentel, a Medida Provisória Brasil Maior foi da maior importância e, de forma muito objetiva, tratou problemas de defesa comercial: reduziu prazos de análise para medidas, agilizou aplicação de direitos provisórios, combateu a falsa declaração de origem, estabeleceu uma licença não automática para importações ocorridas após o início de um processo, aplicou ao produto importado exigências que não havia em relação ao brasileiro. Ministro, havia uma situação em que o Inmetro fazia exigências a uma empresa de luvas do Rio de Janeiro que não fazia às luvas importadas da China. De modo que a China não tinha exigências do Inmetro; a brasileira tinha. E também estabeleceu o *American Act*, a preferência de compra ao produto brasileiro.

Entretanto, Ministro, acho que o sistema, o Conselho de Defesa Comercial do Brasil está muito atrasado. Na realidade, a palavra final cabe a um conselho constituído de seis secretários executivos de vários Ministérios e de



seis Ministros de Estado. Então, é um sistema que lembra hoje o que havia na tributação há 50 anos.

O Senado aprovou um projeto, que está na Câmara, reformulando esse conselho. O conselho seria constituído de quatro representantes indicados pelo Ministro da Indústria e Comércio, inclusive com o Presidente, e três da iniciativa privada. De modo que seria um corpo técnico como existe em todos os países do mundo que tratam de problema de defesa comercial.

O que ocorre hoje? Muitas vezes, hoje, quando os técnicos entendem que houve o *dumping*, o representante do Ministro da Fazenda é contra a aplicação do *dumping*, porque a entrada do produto barato ajuda no combate à inflação. Muitas vezes, o corpo técnico apresenta proposta de colocação de um direito, mas o representante do Itamaraty se posiciona contra, porque o Presidente vai visitar o outro país. Muitas vezes, fica positivado o *dumping*, e o representante da agricultura é contra porque o subsídio... Então, nós temos que reformular isso. Estamos 50 anos atrasados.

Eu vou enviar à sua assessoria esse projeto que o Senado aprovou e que cria um sistema de defesa como existe em todos os países do mundo.

Segundo, Ministro, o único incentivo hoje que beneficia a empresa nacional sem beneficiar também a estrangeira é a redução da contribuição patronal. Veja o seguinte: o Governo deu acertadamente uma redução do IPI para sairmos da crise, favoreceu muito a indústria nacional, mas arrebentou a importação, porque o estrangeiro tem também. De modo que eu acho que esse benefício à indústria nacional tem que ser dado através da contribuição patronal, ainda que ela reduza de alguns setores e aumente de outros que estão muito bem de vida. Aí é uma compensação. Tem muita gente que não precisa de redução, que deve ter até aumento. Mas outros precisam de redução.

O Senado aprovou também um projeto, estabelecendo que os créditos de exportação e de investimento pudessem ser compensados contra a contribuição patronal. Então, a contribuição patronal ficava limitada à redução para aqueles que exportam, para aqueles que investem e também para os setores que sofrem essa concorrência externa, como é o caso de produtos têxteis, de calçados – poderiam ter incluído brinquedos também. O Senado aprovou projeto dessa natureza, e colocamos algumas emendas na Medida Provisória nº 470. Eu gostaria que o seu Ministério examinasse isso.

Por último, Sr. Presidente, quero dizer que foi extremamente importante a correção dos níveis do Supersimples, mas as pequenas empresas estão sofrendo muito com autos da Receita Federal por problemas relacionados a medidas acessórias. Não é que elas atrasam o pagamento de imposto, mas se cria uma série de medidas. Às vezes, há medidas da Receita com quatrocentas obrigações. Como é que uma pequena empresa pode cumprir isso? Penso que essas obrigações só poderiam entrar em vigor pelo menos seis meses depois de



se dizer quais são elas. As pequenas e as microempresas não estão tendo condições de cumprir as obrigações acessórias e estão levando multas enormes, incompatíveis com o volume das microempresas. Vamos apresentar também um projeto dessa natureza, reduzindo as multas por obrigações acessórias de pequenas empresas. Eu pediria o exame do seu Ministério.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Dornelles.

Passo a palavra, agora, ao Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Ministro, acho que o diagnóstico da crise econômica internacional feito pela Presidenta Dilma é perfeito. Na sua entrevista na revista *CartaCapital* de 15 dias atrás, ela dizia de dois pontos que considerava centrais na repercussão da crise no Brasil. Segundo palavras dela, primeiro, há o perigo de uma inundação de dólares; segundo, há o perigo de inundação de produtos importados.

Quero ir para a pauta da política econômica, da taxa de juros, porque, de fato, o que estamos verificando pode ser uma nova divisão internacional do trabalho, e não aceitamos esse papel de virarmos exportadores de *commodities* apenas. E esse é um processo em curso. Disponho de vários números referentes à indústria farmacêutica, em que há déficit comercial e setorial. Na indústria farmacêutica, houve um aumento de US\$4 bilhões, em 2008, para US\$6,3 bilhões; no setor de equipamentos de rádio e de TV, o aumento foi de US\$9 bilhões para US\$11 bilhões. Destaco o setor de instrumentos médicos. No setor de produtos químicos, houve redução. No de máquinas e equipamentos, houve um aumento de US\$8 bilhões para US\$12 bilhões. Pois bem, o que fazer?

O Governo lançou o Plano Brasil Maior, com desonerações, com política de defesa comercial. Está introduzindo o controle de capitais – há gente que não gosta dessa palavra, mas é isso –, com IOF de 6%, com captação externa, com IOF em cima dos derivativos. Mas entro na discussão dos juros. Se o diagnóstico é o de inundação de dólares, o de pressão cambial, o de um período de guerra comercial predatória no mundo todo, como enfrentar o problema dos juros?

Sei que V. Ex^a tem uma posição em relação a isso, mas quero dizer que, para mim, interessa a discussão de tempo. Hoje, a nossa taxa de juros real é de 6,8%; na Hungria, essa taxa é de 2,5%; no Chile, é de 1,8%. Ou seja, todas essas medidas de controle cambial e de estímulo à indústria são importantes, mas, se não mexermos nessa ferramenta, não haverá jeito. Um País como o Brasil, com as reservas internacionais que aqui existem, com a estabilidade que aqui existe, continuará a ser o porto seguro de atração desses recursos.



Aqui, entro na discussão – não quero comprometer V. Ex^a, que tem uma posição clara em relação isto – relativa à crise de 2008. Falo sobre isso, porque, para mim, isso é muito importante.

Na crise de 2008, erramos na política monetária e tivemos de ir mais para o fiscal. A *CartaCapital* traz matérias interessantes. Essa revista postou uma entrevista do Ministro Delfim Netto com Gonzaga Belluzzo. Os dois conversam sobre uma reunião que tiveram com o Presidente Lula e com o Presidente do Banco do Brasil. Reuniram-se Belluzzo, Ministro Delfim e Henrique Meirelles, logo depois da queda do Lehman Brothers, no final de setembro, antes de outubro. E ali ficou acertado que ia haver a redução da taxa de juros. Mas, na reunião do Copom de outubro, não houve a redução da taxa de juros, que não reduziu também em novembro. Essa redução só veio a acontecer em janeiro. Para onde o Governo teve de ir? Teve de forçar no fiscal! Nós tivemos que ir mais para o fiscal sim, e foi correto. A política do Governo Federal de aumento de investimentos, a recuperação do salário mínimo, o aumento do crédito. Qual é a discussão que quero fazer para o senhor agora? Para mim, nós estamos no mesmo dilema. Sabemos que baixar taxa de juros não é injeção na veia como investimento público. Eu acho essa reunião do Copom estratégica para que um novo arranjo macroeconômico, com o qual concordo, que é a contenção no fiscal, baixarmos taxa de juros... Nós sabemos do impacto fiscal...

Ministro, nesses primeiros seis meses do ano, nós pagamos 119 bi só pelas taxas de juros de dívidas. Em seis meses, baixar 2%, 3% – o Ministro Dornelles me corrige, fala de 136, 138 – pode dar um fôlego para investimentos. E está certo o Governador Luiz Henrique. Nós temos que aumentar nosso investimento, 2% no investimento público. Agora, temos um superávit do tamanho do mundo com taxas de juros como essa, sobra muito pouco para os investimentos. Eu acho que é tentar baixar a taxa de juros para ir para o investimento.

Mas queria que falassem para mim do que acho central na questão do tempo, essa reunião do Banco Central aqui agora. E queria dizer uma coisa aqui agora. Uma coisa de que não abrimos mão, de que nunca vamos abrir mão nos debates políticas é o que a gente viu que o Presidente Lula fez neste País, colocar 40 milhões de pessoas nessa classe média.

Se desacelerar a economia mundial, com força, sabe o que vai acontecer, Ministro Dornelles? Nós vamos ter perdido outra chance de baixar taxas de juros e vamos ter que ir para o fiscal, porque não vamos deixar a economia deste País desacelerar.

Então, para esse arranjo macroeconômico dar certo é fundamental o Banco Central... E não estou querendo aqui... E sei, Ministro, de suas posições. Mas quero, como Senador da República, levantar neste momento, porque acho decisivo.



Eu sei que V. Ex^a, neste final de semana, inclusive lá no Rio Grande do Sul, tem clareza disso, porque eu peguei um depoimento seu durante a Expainter, que diz...

O SR. FERNANDO PIMENTEL – Eu pensei que ninguém ia ficar sabendo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Hoje é só ir... O senhor fala sobre isso, que é preciso ir desmontando essa equação disfuncional. “Ao construir seu argumento, Pimentel afirmou que o juro é alto para domar a inflação, a carga tributária é pesada para sustentar o juro alto, que por sua vez ajuda a pressionar a taxa de câmbio.”

Desculpe-me. Eu estou fazendo uma pergunta, mas já é também um pronunciamento. Eu sou daqueles brasileiros que estão ansiosos com essa reunião do Copom, porque acho que é uma chance histórica. E volto a dizer: não podemos perder esse tempo. Isso vai melhorar nossa situação fiscal e vai permitir que este País possa fazer os investimentos necessários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Lindbergh.

Tenho o prazer, agora, em passar a palavra ao Senador Valdir Raupp, Presidente do meu partido.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Lobão Filho, Sr. Ministro da Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, Sr. Secretário Executivo Alessandro Teixeira, Srs e Srs. Senadores, o Brasil vive um bom momento, graças a Deus. Se não fosse isso, os problemas, certamente, seriam maiores, com a possibilidade de uma crise, de uma recessão global, principalmente do velho mundo.

Ontem, eu assisti à reunião do Conselho, no Palácio do Planalto, e ouvi atentamente a fala da Presidente Dilma, do Ministro Guido Mantega, falando sobre a economia, aumentar o superávit, diminuir despesa. Tudo isso é muito bom.

Mas a Presidente demonstrou preocupação quando disse que o mundo ia consumir menos, o mundo vai gastar menos, o mundo vai importar menos, e nós precisamos estar atentos a isso.

Mas queria entrar mais precisamente, Sr. Ministro, na questão das Zonas de Processamento de Exportação. A China alavancou o seu crescimento instalando centenas – acho que mais de duas centenas – de ZPEs (Zonas de Processamento de Exportação). Os Estados Unidos, não diferentemente da China, também implantaram lá mais de uma centena de Zonas de Processamento de Exportação, com incentivos fiscais.

Eu vejo que a única maneira de industrializar os Estados mais pobres, os Estados mais distantes dos grandes centros, e falo aqui da



Amazônia, dos Estados da Amazônia... Só temos lá um polo industrial; um, grande, gigantesco polo industrial, que é a Zona Franca da Manaus. E que deu certo. A Zona Franca de Manaus foi tão boa para o Estado do Amazonas – mais para o Estado do Amazonas – que, hoje, ela emprega mais de 500 mil trabalhadores nas indústrias de Manaus. Há mais de 400 indústrias no Polo Industrial de Manaus. E foi bom para o meio ambiente também. Vejam que modelo espetacular: 98% do Estado do Amazonas estão preservados. O maior Estado do mundo, o maior Estado do Brasil e do mundo, que é o Estado do Amazonas, só tem 2% de desmatamento. Noventa e oito por cento são florestas. Por quê? Porque o Polo Industrial de Manaus tirou a pressão sobre as derrubadas da floresta.

Então, eu queria estender para os outros Estados da Amazônia esse mesmo modelo, através das ZPEs, e temos aí já aprovado no Congresso. Mas não sei por que não se instalou ainda, Sr. Ministro – V. Ex^a está entrando agora, há pouco tempo, e já estivemos lá com V. Ex^a também, em reunião com a Bancada da Amazônia –, não foi instalada ainda nenhuma ZPE, Zonas de Processamento de Exportação. V. Ex^a disse que está revendo o modelo. Acho que, realmente, ele tem que ser revisto, porque, no modelo aprovado aqui, apenas 20% para o mercado interno e 80% para exportação. E poucas indústrias, poucas empresas brasileiras exportam 80%. Talvez umas duas ou três. Não mais do que meia dúzia exporta 80% da sua produção. Então, ficaria muito difícil para essas indústrias, instaladas nas ZPEs, exportar 80% da sua produção, principalmente agora, quando o mundo vai comprar menos, o mundo vai importar menos. Então, as ZPEs já vão nascer enfraquecidas se o modelo for de 80%.

E temos que pensar também, Sr. Ministro, já que o mundo velho vai comprar menos, vai consumir menos e vai importar menos, no mercado latino-americano, América do Sul. São em torno de 400 milhões de pessoas que consomem. E o Brasil ainda não abriu; só abriu mais com Argentina e Uruguai, mas não abriu muito o mercado com os outros países, com o Peru, com a Colômbia, com o próprio Chile, que estava de costas para o Brasil e agora está tentando se aproximar, através do Mercosul; e tantos outros países da América do Sul.

Então, esse mercado já está sendo aberto através da rodovia do Pacífico, futuramente de uma ferrovia bioceânica. Então, as ZPEs, principalmente defendendo aqui Rondônia, Acre, Amapá, Roraima, os menores Estados da Amazônia precisam também da sua industrialização, até para tirar a pressão.

Pergunto: qual vai ser o modelo, quando vamos implantar a primeira? Já há indústrias agora se instalando nas zonas... E quero uma em Rondônia. Pelo menos em Porto Velho, inicialmente, até se estender para outras



cidades de Rondônia. Pelo menos em Porto Velho, onde temos o porto, temos uma logística de transportes hoje muito boa.

Precisamos definir o mais rapidamente possível esse modelo para a gente poder trabalhar em cima disso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Valdir Raupp. Eu havia dito que esse era o último bloco, mas com o retorno de V. Ex^a e do Senador Cyro Miranda, a gente vai ter mais um bloco de perguntas.

Portanto, passo a palavra ao Ministro Fernando Pimentel, para que possa dirimir as dúvidas dos nobres Srs. Senadores.

O SR. FERNANDO PIMENTEL – Obrigado, Presidente Lobão Filho.

Então, pela ordem, aqui, primeiro, nosso queridíssimo Senador, Ministro Francisco Dornelles, com quem sempre aprendo. Cada intervenção que faz e cada conversa que tenho com ele... Ele aqui mostrou longa experiência de conhecedor dos meandros dos governos. Realmente, um conselho em que há somente ministros ou secretários de ministério fica um pouco limitado. Esse exemplo que o senhor deu é real. Muitas vezes, na discussão de um *antidumping*, a gente esbarra ora na opinião do Ministério da Fazenda, que, justamente, defendendo sua tarefa, procura baixar os custos internos. Aí, se é importação ou se não é, não importa muito.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O senhor permite que eu dê um exemplo prático?

O SR. FERNANDO PIMENTEL – Pois não.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Há cerca de alguns anos, houve um processo de *dumping* e ficou positivado o *dumping* de tudo quanto era maneira. Mas o Itamaraty não queria colocar o *dumping* porque o Menem ia fazer uma visita ao Brasil. Então, a indústria que quebrasse!

O SR. FERNANDO PIMENTEL – É verdade. Ainda tem essa questão da lógica diplomática que às vezes se choca com a nossa tarefa do Ministério de fazer a defesa comercial, eficiente, de proteger a nossa indústria da concorrência predatória. Mas tem melhorado, viu, Ministro Dornelles? Tem melhorado muito. O nosso diálogo hoje, tanto com a Fazenda, como com o Itamaraty, é extremamente produtivo; há uma convicção geral no Governo de que é preciso priorizar a defesa comercial. Agora, é uma questão mesmo vital para nós, para o Brasil que nenhuma outra lógica se interponha nesse momento. De toda maneira, o projeto que o senhor mencionou e cuja cópia já está aqui nós vamos examinar com muito carinho porque eu acho que, mesmo que não mude substancialmente, a inclusão de lideranças da iniciativa privada, representantes da iniciativa privada nessa discussão é fundamental. Então,



quem sabe agregar representantes nesses conselhos seja uma medida que nos ajude a fazer a lógica da defesa comercial correta.

Com relação à redução da contribuição patronal me parece também que não há outro caminho para melhorar a nossa competitividade sem se chocar com as regras da OMC a não ser esse. Esse é o caminho que nós estamos tentando quando fazemos a primeira desoneração da folha de pagamento através da contribuição sobre o faturamento e não mais sobre a folha. Mas vamos examinar esse projeto.

E, finalmente, eu queria dizer que quando fui Secretário de Fazenda da Prefeitura de Belo Horizonte, minha cidade, antes de ser prefeito – durante muitos anos – eu era contra essas obrigações acessórias, que, a meu juízo, é um resquício do século XVIII, para não dizer antes. Nós temos que cobrar o tributo. Tudo que vem junto e para além do tributo é desnecessário. O mundo hoje é informatizado; a maioria das empresas já faz a declaração eletrônica, já tem nota fiscal eletrônica. Então, a criação de obrigações acessórias é um mecanismo não só desnecessário como improdutivo, gera improdutividade fiscal, inclusive. Não é só para empresa, é fiscal, porque aumenta o trabalho da fiscalização de maneira desnecessária e com um rendimento muito pequeno do ponto de vista do resultado. Sou francamente favorável a reduzir as obrigações, não reduzir as multas. Acabar com essa história de obrigação acessória. Não vejo motivo para isso.

Evidentemente, essa discussão tem que ser feita com a Receita; sei que o Secretário Barreto também é favorável a simplificação tributária – o senhor, que é um grande tributarista, sabe disso. Vamos levar ao Secretário da Receita Federal, Barreto, essa posição e quem sabe até chamá-lo para uma reunião para avançarmos nessa direção.

Então, são sempre muito oportunas as intervenções do Ministro Dornelles, que sempre enriquecem e com ele eu aprendo sempre.

Caro amigo, companheiro e, acabei de saber, também maratonista, triatleta, Senador Lindbergh, eu vou falar só uma frase, porque eu sou Ministro de Estado e o senhor é Senador da República, brilhante Senador, da base aliada, nosso companheiro: eu faço minhas as suas palavras. Pronto. Não quero dizer mais nada, porque a função de Ministro não me permite ir além daquilo, eu tenho que me resguardar e resguardar o Governo de qualquer interpretação perversa que possa ser feita.

Mas, evidentemente, V. Ex^a sabe e a amizade que temos nos permite dizer isso, que as suas palavras espelham muito bem o que todos nós esperamos.

Senador Raupp, a preocupações com as ZPEs – eu vou aproveitar essa pergunta oportuna que o senhor fez para pedir a compreensão da Comissão para o seguinte –, a Deputada Manuela é relatora da Medida Provisória que está na Casa e que vai tratar da questão das ZPEs.



Nós vamos pedir a ela uma prorrogação do prazo para as Zonas de Processamento de Exportação que estão demandadas lá no Ministério e que não conseguiram cumprir as exigências até agora e o prazo venceria agora. Então, nós pediríamos uma prorrogação geral para que todos – prefeitos, governadores, aqueles que demandaram zonas de processamento de exportação – fiquem confortáveis para fazerem os seus procedimentos.

Mas quero chamar a atenção para o seguinte: nós temos que mudar a lei. Vai ser necessário alterar a lei das ZPEs. Ela é de 30 anos atrás e do jeito que está posta, ela é literalmente impraticável. A lei diz que a empresa, para se instalar dentro de uma ZPE, tem que exportar, no mínimo, 80% da sua produção. Ora, exceto a Vale do Rio Doce e mais três ou quatro grandes empresas brasileiras, ninguém exporta 80% da produção, especialmente em um cenário tão adverso como temos hoje no comércio internacional. Então a manutenção desse artigo inviabiliza praticamente que as empresas... Além disso, o Senador Raupp sabe pois nós já dialogamos pessoalmente sobre o tema, a lei ainda tem outra exigência: que a empresa seja nova. Você tem que criar uma empresa nova para ir para dentro da ZPE. Então a empresa que já existe, que já tem um mercado externo mais ou menos consolidado não pode usufruir do benefício de ir para a ZPE; o empresário tem que criar outra empresa.

Então, em tudo e por tudo, a nossa lei é obsoleta, nós vamos ter que alterá-la. Não sei se vai ser o caso, nós temos hoje uma reunião com a Deputada Manuela, que é a relatora da Medida Provisória na Câmara, e nós vamos discutir com ela se a gente, no relatório final, agrupa essas mudanças. Talvez seja o caso, para ganharmos tempo. A nossa ideia inicial era apenas pedir a prorrogação. Mas eu acho que a gente pode ir além, além da prorrogação. Sugerir, pelo menos, essas duas mudanças: baixar esse percentual de 80% e tirar a exigência de ser empresa nova. Caso contrário, vamos inviabilizar. É por isso que temos 38 ou quase 40 requerimentos de ZPE e até hoje nenhum foi aprovado, porque não tem como, as empresas não conseguem, a despeito do esforço que os prefeitos e governadores fazem, não conseguimos atrair empresa para dentro das ZPEs.

Quero só terminar, Senador Raupp, dizendo o seguinte: o senhor remeteu à questão das ZPEs, sinalizou dentro do contexto das relações com os demais países da América do Sul. Acabo de chegar, semana passada, de uma viagem ao Peru e ao Chile. Fiquei extremamente surpreso com a ansiedade que esses países têm em relação ao Brasil, de intensificar o comércio com o Brasil. A rodovia Transoceânica, que acaba de ser recém-completada, vai ser uma revolução na região que o senhor conhece bem. Vai ser uma revolução. Pela primeira vez, temos a ligação do oceano Atlântico com o oceano Pacífico toda asfaltada, é uma obra de engenharia fantástica, são 2.600km de estrada asfaltada, do porto de Santos até o porto de Callao ou de Ilo, no Peru. Isso vai



revolucionar a logística não só daquela região, mas do Centro-Oeste, enfim. Então precisamos estar atentos a essa questão.

Pegando carona no que o Senador Lindbergh falou, V. Ex^a falou bem, Senador, se deixarmos o mercado funcionando, apenas o mercado, dentro de dez anos, a América do Sul vai virar a fazenda do mundo; a fazenda do mundo. O Brasil talvez seja a fazenda e a mina. Vamos ter minério e produto agrícola. A Ásia vai virar a fábrica do mundo. Isso é o que o mercado vai fazer, aliás, já está fazendo. Por isso que a ação do Estado, dos governos, é tão importante, seja na política macroeconômica, para criar as condições para as empresas competirem, sejam nas iniciativas diplomáticas de integração dos países.

A América do Sul é um mercado gigantesco. São 500 milhões de pessoas que, nesse momento, apresentam um dinamismo muito superior aos Estados Unidos e à Europa. Essa iniciativa de integração – e aí passa pelas ZPEs, passa pelas iniciativas logísticas, como a rodovia Transoceânica – é fundamental, para que a gente reaja ao que o mercado quer fazer do mundo: transformar a América do Sul em uma mina e em uma fazenda e a Ásia, em uma indústria. A Europa, possivelmente, vai ser um museu. Aliás, um belo museu para a gente visitar. Que não vire manchete amanhã que eu falei isso, porque, senão, eles não vão me deixar chegar na Europa. É só uma brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Ministro.

Tenho a honra de passar agora a palavra ao meu amigo, Senador Cyro Miranda. Agora realmente é o último bloco.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente Lobão Filho.

Exmº Sr. Ministro de Estado, Fernando Pimentel, Sr. Alessandro, Sr^as e Srs. Senadores, primeiro, quero fazer das palavras do ilustre Senador Lindbergh as minhas: nós não podemos, em hipótese alguma, perder a segunda chance que nós temos de baixar esses juros. Nós podemos fazer da crise uma oportunidade, uma oportunidade muito grande para o Brasil.

Já temos algumas deficiências na parte de infraestrutura, o que dificulta a atração de investimentos no País, na área de energia e de estradas, na área portuária, tudo que conhecemos. Mas, se tivermos um atrativo para capital baixo... Senão vamos cair naquilo que o Senador Lindbergh falou, ou seja, vamos para a área fiscal, o que não é a saída. Para tanto, precisamos também, no dever de casa, diminuir a nossa dívida interna.

Quero também parabenizar o Ministro, que, Prefeito de 2005 a 2008, recebeu do site inglês Worldmayor, se não me engano, o título de oitavo melhor prefeito do mundo, entre os dez maiores. Ninguém da América do Sul estava concorrendo. Então, o senhor está de parabéns! O senhor precisava nos



dar uma aula e voltar a várias prefeituras deste País, pelo menos como consultor.

Ministro, vou me ater àquilo a que a Senadora Vanessa se referiu, que é um caminho: os incentivos fiscais. Por falta de uma política de desenvolvimento regional – e não me refiro a esse Governo ou ao anterior, pois, há quarenta anos, não temos uma política de desenvolvimento regional –, os governos estaduais, com fome, foram atrás da caça. É o extinto animal. Qual era o instrumento que eles tinham? Era o ICM. Era a única coisa que havia. Não acho que isso foi predatório, até porque, na análise que fizemos dos últimos dez anos, verificamos que não houve um Estado que tenha perdido receita; todos a ganharam, ou seja, houve desenvolvimento para todos. Este foi o maior exemplo: o parque automobilístico começou em São Paulo com incentivo fiscal. Isso tira também, Sr. Ministro, a pressão de emprego dos governos estaduais. Em Estados em desenvolvimento, em Estados pobres, como o nosso, existe uma pressão política de emprego muito grande. Isso aconteceu no Estado de Goiás nos últimos dez anos; houve uma descontração.

Então, será um erro se partirmos para a linha de acabarmos com os incentivos fiscais. Isso existe no mundo inteiro. Vamos mudar: em vez de guerra, será competitividade. Mas temos de disciplinar. É preciso haver ordem na casa. O Norte precisa muito mais do que o Nordeste; o Nordeste precisa muito mais do que o Centro-Oeste; o Sudeste precisa de quase nada; e o Sul precisa de um pouco mais.

Tenho uma preocupação, sobre a qual eu queria ouvir a opinião do senhor. Na Câmara, há o Projeto de Lei nº 176, de 2008, do Deputado Antonio Carlos Mendes, do PSDB de São Paulo, que está em análise no Senado e que tenta colocar um freio na avalanche de produtos importados pelo mercado brasileiro e preservar a indústria que aqui produz concorrência predatória e selvagem, por meio de vedação de importação de produtos que não obedecem às normas técnicas, com a atuação dos órgãos competentes da Alfândega, não apenas da Receita Federal. Que medidas infralegais poderiam ser tomadas para evitar a concorrência predatória?

Faço a última reflexão. A indústria automobilística brasileira está sendo sacudida nos últimos anos pelo aumento da concorrência e está sendo ameaçada, principalmente, pelas indústrias coreana e chinesa. Isso pode ser visto como uma ameaça à indústria nacional ou como um estímulo à atualização da indústria brasileira e um benefício para o consumidor?

Além da concorrência externa, a produção automotiva passa por um processo de regionalização, baseado em incentivos fiscais, reduzindo a concentração histórica da produção no Sudeste do País. Como o senhor vê atualmente a indústria automotiva do Brasil?

Faço um parêntese: o Presidente Lula concedeu um incentivo à Fiat, para levá-la a Pernambuco, muito bem feito, porque o Estado de



Pernambuco precisava de um desenvolvimento mais rápido. E, ao mesmo tempo, às vezes, há uma briga para que se distensione essa parte dos incentivos.

Eram essas as duas perguntas que eu gostaria de fazer. Essa é a minha ponderação.

Agradeço ao senhor a paciência.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Cyro Miranda.

Agora, passo a palavra à Senadora Marta Suplicy, para que possa também fazer suas indagações.

A SR^a MARTA SUPPLICY (Bloco/PT – SP) – Primeiro, eu gostaria de parabenizá-lo pelo Plano Brasil Maior, porque é o primeiro passo. A gente sabe que está na direção correta... (*Inaudível.*) Eu tenho algumas preocupações... qualificação de mão de obra e com a entrada de mão de obra bastante qualificada de outros países que não estão tendo essa oportunidade de emprego lá fora. Eu queria saber que providências o MDIC está tomando em relação à qualificação e como também utilizar essa mão de obra em benefício do Brasil de uma forma melhor possível.

A outra questão é referente ao comércio internacional, que está repleto de barreiras comerciais, prática de *dumping* econômico, ambiental e social, em que o ambiente é tudo menos livre comércio. O Brasil também tem obtido vitórias importantes no âmbito da Organização Mundial do Comércio e também mostra uma maturidade na nossa defesa comercial.

Eu tenho uma preocupação mais referente ao Mercosul, e o que nós temos lido na imprensa sobre essa resistência que o Mercosul oferece aos nossos produtos e o que MDIC pensa para nos proteger, ou fazer o enfrentamento dessa situação.

A outra questão, Sr. Ministro, é o Brasil Maior...nисso eu gostei muito do plano porque ele não é um plano estático, ele é um plano dinâmico, que vai se ajustar e que vai evoluir. Eu gostaria que você falasse um pouco sobre o papel a ser desempenhado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial nesse plano. E por isso último, muitos desafios se apresentam para o futuro da economia mundial, como foi muito bem colocado aqui, e alguns analistas falam da desaceleração da economia chinesa. Hoje tem dados fortes de novo. Gostaria que o senhor pudesse fazer uma reflexão porque está se especulando que vai ter taxa de 4% a partir de 2013 e, com isso, poderia haver uma redução do comércio internacional e podemos estar reféns. Afinal, como foi a sua brincadeira, que aliás não está tão longe da verdade, se tudo continuar como está, a gente vai ficar muito atrapalhado. Que providências, como fazer para minimizar esses aspectos se isso fosse nessa direção.

São essas as minhas perguntas.



O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senadora Marta Suplicy, muito obrigado, foi até muito rápida.

Passo com prazer a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Sr. Presidente Lobão Filho.

Sr. Ministro Fernando Pimentel, lamento apenas meu caro amigo Alessandro Teixeira não ter tido condições, porque nós estamos aqui, como o senhor sabe, tendo que cumprir uma agenda complicada, todos os Senadores.

Mas o senhor, na sua exposição, falou das boas condições do País para enfrentamento da crise. Na primeira, Ministro, as políticas adotadas, que foram bem sucedidas, não há dúvidas, se direcionaram a estimular os bens de consumo. Então, todos os setores da indústria de eletroeletrônicos (geladeiras, fogão , a linha branca) e matéria de construção, depois a linha marrom, o setor moveleiro. Pergunto-lhe se entre as medidas para enfrentamento dessa segunda fase da crise, ela irá na mesma direção ou há alguma novidade em relação a isso?

Deixo de mencionar a questão do juro alto porque todos os Senadores que me antecederam aqui falaram disso e tenho certeza de que V. Ex^a tem a preocupação com isso como fator de barreira para setor – não só isso, mas especialmente o câmbio.

O Senador Valdir Raupp – e eu peguei a sua resposta a ele – mencionou a questão das ZPEs. Eu vou um pouco mais adiante em função do Rio Grande do Sul, meu Estado, estar na sua borda de fronteira com o Uruguai especificamente uma convivência que tem sido para o comércio do lado gaúcho extremamente complicado. Algumas empresas estão fechando por conta de uma concorrência que realmente não dá para suportar.

Pergunto, Ministro, se o Governo brasileiro não pode examinar a possibilidade de termos também do lado brasileiro, exclusivamente no limite da fronteira das cidades face a face com a cidade uruguaia, porque aqui tem um Projeto de Lei do Deputado Marco Maia, que eu estou apoiando, que prevê isso. Mas se o Governo, de alguma maneira, pensa, pelo menos, em minimizar ou em medidas compensatórias para evitar um problema maior.

Também reforço a preocupação da Senadora Marta Suplicy a respeito da Argentina. O Rio Grande do Sul é um grande exportador; 70% de toda a carga rodoviária passa por ali. Temos deficiência de logística, que eu pediria ao senhor uma atenção especial na zona de Uruguaiana, que é onde passa toda a carga que vem da Argentina, mas tive a informação de que, assim como a Presidenta Dilma ficou muito chateada, até indignada, com o derretimento de uma carga de chocolate na Páscoa, eu tive informação agora que uma carga com melancia, produto perecível, indo do Brasil para a Argentina também teve problemas e prejuízo. Eu acho que é a hora de o Brasil, com toda a sua capacidade diplomática e negociável, resolver esses problemas.



Cito especialmente uma questão: a indústria de máquinas agrícolas do meu Estado, que está enfrentando um problema grave e ameaça sair do Rio Grande para ir à Argentina.

Muito obrigada, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Passo agora ao Ministro Fernando Pimentel, para que possa fazer as suas colocações.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Quando for oportuno, poderia... Talvez eu seja o último a fazer pergunta. Mas algum outro Senador está inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Não. V. Ex^a não está inscrito, mas seria o último.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Se V. Ex^a assim me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Não só permito, como terei grande prazer em dar a palavra a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Queria fazer ao Ministro Pimentel uma pergunta que eu acredito já tenha sido feita de outro modo, mas que eu vou repetir com a preocupação diferente. É sobre a decisão recentemente tomada pelo Supremo Tribunal Federal a respeito dos incentivos fiscais concedidos pelos governos estaduais e pelos Municípios, visando à implantação de indústria nas suas áreas. Que acha o Ministro Pimentel se a atitude de um governo, seja estadual ou municipal, visando ao desenvolvimento de suas comunidades, não implicar em guerra fiscal, mas na implantação de uma política de atração de investimentos com vistas à geração de emprego e renda, notadamente nas regiões mais pobres, que não podem competir de forma nenhuma com as regiões mais ricas, com os Estados mais potentados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, enfim, a região Sul e Sudeste, que tem um aparato de atrações que não podem se comparar com o aparato oferecido pelas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Então como equilibrar essa situação para que o pacto federativo seja consolidado também nesse setor? O pacto federativo não é apenas a redistribuição das receitas, de acordo com o que está previsto na Constituição. O pacto federativo também implica numa igualdade de condições, no que diz respeito aos incentivos fiscais. Queria a opinião de V. Ex^a a respeito. Como é que o Governo pensa em solucionar questão tão delicada quanto esta dos



incentivos fiscais para atração de indústrias e de investimentos nos seus Estados?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Passo a palavra ao Ministro Fernando Pimentel para suas explanações.

O SR. FERNANDO PIMENTEL – Pela ordem também, mas nessa resposta que tentarei entabular aqui várias questões já estarão atendidas as intervenções do Senador Cyro Miranda, do Senador Antonio Carlos Valadares, e, de alguma forma, da Senadora Ana Amélia, que também aborda o tema, embora não com uma especificidade da qual vou tratar depois.

A questão dos incentivos tornou-se agora a questão mais crucial para o debate do desenvolvimento econômico, da estabilidade econômica, por assim dizer, do desenvolvimento regional e até, como disse o Senador Valadares, do pacto federativo no Brasil. E esta Casa, talvez, seja o foro mais apropriado para fazer essa discussão e para tentar achar uma proposta, uma solução contemporânea para essa questão, que se tornou um problema. Nesta Casa, a República está representada com isonomia, com igualdade. Ao contrário da Câmara, onde os Estados têm representação proporcional, no Senado, os Estados têm representação republicana isonômica. Aqui, há a presença de inúmeros ex-governadores de Estado, de ex-ministros, de pessoas que ocuparam cargos no Executivo, seja nos seus Estados, nos seus Municípios, seja no Governo Federal. Portanto, aqui, há uma bagagem, uma experiência acumulada, que permite ao Parlamento fazer a discussão com responsabilidade, com visão do País, não só do seu Estado de origem, mas sem abrir mão, evidentemente, dos interesses que cada um dos Senadores e das Senadoras representa aqui.

Então, confesso aos senhores e às senhoras que não tenho uma resposta. Tenho só uma angústia em relação a esse tema muito grande.

A origem do que está sendo discutido aqui é a emenda do Senador Jucá. O Ministro Guido Mantega tem conduzido essa discussão com os Senadores na direção de estabelecer uma alíquota única interestadual, o que, na prática, acabaria com a chamada guerra fiscal, mas, ao mesmo tempo, tiraria o principal instrumento que os governadores têm ainda hoje para promover incentivos. Isso não tiraria todos os instrumentos, porque outros instrumentos existiriam, mas tiraria o instrumento principal.

Essa é uma solução emergencial de curto prazo, mas quero crer que o Senador Cyro Miranda e o Senador Valadares não levantam essa questão, mas, sim, uma questão mais de fundo: como é que vamos substituir, se é que vamos substituir, aquele que foi o principal instrumento de atração de empresas, de indústrias, de dinamismo econômico para os Estados do País inteiro? De repente, não vamos tê-lo mais, mas o Brasil continua sendo uma República federativa. Então, o que vamos colocar no lugar desse instrumento? Como vamos equacionar esse problema?



Confesso para os senhores que não tenho acúmulo suficiente para responder a essa questão, com sete meses de Ministério. Tenho, sim, a convicção de que o que foi feito até hoje, o que vige até hoje, tornou-se disfuncional. Não só o instrumento dos incentivos, mas o próprio ICMS, na forma como existe hoje, é disfuncional para a economia do País e até para os Estados. Há 27 legislações diferentes. É um cipoal infernal de regulamentos e de obrigações acessórias, como o Senador Dornelles levantou aqui. Desse ponto de vista, o ambiente econômico para as empresas é muito ruim em qualquer Estado em que elas estejam. Isso abre muitas brechas para certo tipo de expediente que a gente encontra muito hoje na economia brasileira. Não vou dizer que são burlas, mas, enfim, há brechas na legislação que permitem que as empresas, ao fim e ao cabo, acabem pagando impostos muito menores do que deveriam pagar, em função dessa engenharia tributária que é montada, porque existem 27 legislações diferentes.

Então, é fundamental resolver esse problema. Mas concordo com o Senador Cyro e com o Senador Valadares que resolver esse problema – e é o que todos nós queremos – não pode significar que os Estados se quedem ao desabrido de uma solução para a questão do incentivo fiscal. O incentivo fiscal existe, e, de alguma forma, temos de preservá-lo. Como faremos isso é outra discussão.

Penso que, agora, é fundamental, numa solução de curtíssimo prazo, que a gente resolva a questão do ICMS, até para evitar que o Judiciário continue legislando, porque, na prática, é o que está acontecendo. O Supremo Tribunal está exercendo a função de legislador. À falta de uma solução que venha do Parlamento, o Supremo Tribunal vai avançando. E certamente isso não é bom. Do ponto de vista do funcionamento do regime democrático, não é bom que o Judiciário comece a fazer o papel de legislador.

A Senadora Ana Amélia – depois vou entrar nas questões que a Senadora Marta Suplicy colocou – levanta uma questão importante, que é a questão da fronteira. Nossa preocupação é muito grande com essa questão, Senadora. V. Ex^a tem dialogado permanentemente com o nosso Ministério, até alertando para situações colocadas. O Senador Cyro Miranda também lembrou que há um projeto do Deputado Antonio Carlos Mendes que vai nos ajudar um pouco nessa questão, porque é o projeto que torna obrigatória a certificação dos produtos importados, que hoje não é obrigatória. Tornaria obrigatória, o que colocaria, digamos assim, não uma dificuldade, mas uma exigência nova para que o importado não entre com...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Uma reciprocidade.

O SR. FERNANDO PIMENTEL – É, uma reciprocidade. Vamos usar um termo mais adequado, não é, Senadora Ana Amélia? Uma reciprocidade, que hoje não existe, porque nós exigimos muito mais do produto



nacional do que do produto importado. Isso, de certa forma, vai nos ajudar nesse embate.

Nós temos, de fato, às vezes, situações delicadas no Mercosul, especialmente com a Argentina, que é o nosso principal parceiro comercial. Nós temos fronteira seca e uma relação econômica muito intensa com a Argentina, mas a nossa balança comercial é amplamente superavitária com a Argentina. Estabelecemos com a Argentina um pacto de convivência. Então, permanentemente, nós negociamos com a ministra do comércio argentino, com os outros ministros, com o gabinete da Presidente Cristina Kirchner para resolver esses problemas que surgem. Toda semana tem um problema: ora é uma carga de produto alimentício, ora é uma carga de autopeças. Enfim, tem que ter, como dizia o Presidente Lula, muita paciência com os nossos vizinhos, sem esquecer que a economia brasileira hoje é seis vezes maior que a economia argentina. Então, é evidente que quem é maior tem que ser mais paciente do que quem é menor, sem abrir mão, sem abdicar da nossa soberania de defender os interesses da indústria brasileira, mas estamos com paciência, avançando nessas questões.

Existe um projeto, Senadora Ana Amélia, que V. Ex^a conhece, de criação de uma ZPE no Rio Grande. Já está criada, né? Já foi aprovada. Já está criada. Então, nós temos expectativa de que isso ajude um pouco a dirimir essas questões.

E existe um projeto do Presidente da Câmara, Marco Maia, ao qual nós somos favoráveis, nosso Ministério já manifestou opinião favorável, que é a criação dos *free shops*, do *duty free* do lado brasileiro da fronteira seca, o que, aliás, já devíamos ter feito há mais tempo, porque o que acontece no Rio Grande e em outros Estados também, no Centro-Oeste, é que a população atravessa a fronteira e compra o produto mais barato do outro lado. E a oferta poderia ser feita do lado brasileiro se houvesse o mecanismo de *free shop*. É claro que isso não vai ser estendido de maneira irresponsável, mas eu acho que seria um importante avanço. Quero crer que o Governo, se depender de nós, vai apoiar essa iniciativa.

Pois não, Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só para acrescentar e ilustrar, neste caso, só em Santana do Livramento, que faz fronteira com a cidade de Rivera, no Uruguai, os *free shops* comercializaram, em 2010, o equivalente a US\$600 milhões.

O SR. FERNANDO PIMENTEL – Você imagina: numa cidade.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Numa cidade. Só ali.

O SR. FERNANDO PIMENTEL – E o comércio do lado de cá da fronteira vai morrendo à míngua porque ninguém compra mais caro se pode comprar mais barato do outro lado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Exatamente.



O SR. FERNANDO PIMENTEL – Então, acho que esse projeto é oportuno. Vamos acelerar a tramitação e tentar aprová-lo.

A Senadora Marta, querida companheira e amiga, levantou questões também relacionadas com o Mercosul, com a nossa relação com a Argentina. Depois tem uma questão da China aqui que quero comentar com mais vagar, mas só voltando à questão do Mercosul, Senadora, eu acho que o Mercosul chegou um pouco ao seu limite. Nós, dificilmente, vamos avançar muito além do que já avançamos se mantivermos o tamanho que ele tem hoje. São quatro países.

Acho que está na hora de dar um passo adiante; e aí eu vejo a Unasul como um grande avanço. Pode ser uma grande saída para a América do Sul, um *upgrade* fantástico para nós, porque aderir ao Mercosul, para outros países, cria problema, porque a maioria dos países que não entrou até hoje já tem acordos bilaterais, já tem acordos de livre comércio. Então, rever esse procedimento vai dificultar. A Unasul, não. É um fórum novo, e nós podemos entrar, o Mercosul pode entrar, os outros países podem entrar sem abrir mão daquilo que já fizeram. E nós criariamos uma dinâmica nova no mercado da América Latina. Além do esforço que está sendo feito, logístico, de integração, essa integração comercial me parece fundamental para que a gente enfrente o cenário de – em tom de brincadeira falamos antes – risco de virar uma grande fazenda do lado de cá do Hemisfério Sul e, do lado de lá do oceano, ainda no Hemisfério Sul, virar uma grande fábrica. Então, evitar isso, acho que passa por uma iniciativa muito forte dos governos da América do Sul em direção à Unasul.

Finalmente, a Senadora Marta lembra uma questão preocupante, e a resposta está nisso que falei. A China pode, de fato, desacelerar seu crescimento nos próximos anos. Nós não temos nenhuma garantia de que ela vai continuar crescendo 9%, 10%, como cresceu nesses últimos 10 anos. Pode desacelerar, voltar-se mais para o mercado interno, crescer um pouco menos. Agora, em qualquer hipótese, o Brasil tem duas garantias muito grandes: primeiro, o mercado da América Latina. Eu acho que nós temos, cada vez mais, que ocupar nosso espaço na América do Sul.

Volto a dizer que essa viagem da qual cheguei me deixou extremamente impressionado com a presença do Brasil, com a ansiedade que os países têm de comercializar conosco. E essa comercialização sempre vai ser favorável ao Brasil, porque somos a maior economia do Continente. De um lado. E, de outro, nós devemos ter também uma certa tranquilidade.

Vou encerrar contando um pequeno episódio da visita que nos fez o Ministro Chen Deming, do Comércio – minha contraparte chinesa.

Eu estive com o Ministro Chen Deming três vezes este ano. Então, acabamos tendo um diálogo bastante intenso e afetuoso, por assim dizer. Eu estive duas vezes na China; e, nas duas vezes, eu me reuni longamente com ele. Depois, ele veio, liderando uma missão, agora, no mês de maio, quando



também tivemos longo tempo de discussão. No final das nossas reuniões, num dado momento, o Ministro Chen Deming disse para mim o seguinte: "Ministro, vocês são um grande país, o Brasil, e nós também somos um grande país, a China. Mas nós temos um problema, e vocês não têm." Aí eu me assustei e disse: "O que é isso, Ministro, nós temos inúmeros problemas! Eu dou uma lista gigantesca de problemas que o Brasil tem." Ele disse: "Não. Eu vou dizer para vocês que vocês não têm o problema. Todos os problemas que o senhor vai listar para mim, que eu até posso antecipar, todos eles podem ser resolvidos dentro das fronteiras do seu país. E nós, China – quero saudar a presença do Senador Zeze Perrella; vitorioso, agora, domingo; então, está feliz da vida porque nosso time ganhou –, temos um problema que a gente não consegue resolver na nossa fronteira. Nós não temos condições de prover de alimentos e de energia a população da China. E não vamos ter nunca usando só os recursos que temos. Então, nós sempre teremos que ter um parceiro estratégico, ou mais de um, fora da fronteira. Esse é um problema gravíssimo que o Brasil não tem."

Então, essa declaração, essa afirmação do Ministro Cheng Deming, que é singela, porque todos sabemos disso, mas mostra como o Brasil pode ser, de fato, a Nação Líder – uma das nações líderes do séc. XXI. Ainda que a China cresça pouco, ela vai ter que continuar comprando da gente, senão o que compra hoje, numa pauta, quem sabe, mais diversificada.

Queria agradecer muito a presença dos Srs. Senadores e Senadoras e dizer que foi, para mim, uma alegria grande, uma honra, e é muito enriquecedor, sempre, participar desse debate aqui, na CAE.

Muito obrigado, Senador Lobão Filho.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Ministro Fernando Pimentel.

Declaro encerrada a lista de inscrição e perguntaria ao Exmº Ministro se gostaria de fazer alguma consideração final. (Pausa.)

Não o desejando, eu quero agradecer imensamente a presença do Ministro, a presença do seu Secretário-Executivo, Sr. Alessandro Teixeira, e dizer que saio daqui um pouco mais confiante nos destinos do nosso País dada a notada experiência e competência de V. Ex^a. Perceba que hoje aqui V. Ex^a foi indagado por mais de dez Senadores, Senadores atuantes da oposição também fizeram considerações positivas a respeito de V. Ex^a, o que me leva a tranquilidade de ver que o nosso País está em boas mãos para passar por esse período por que passa a economia mundial.

Muito obrigado.

Declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 51 minutos.)